



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 33

Sessão Extraordinária Outubro

Sessão em 15/10/2015

Aos quinze dias do mês de Outubro do ano dois mil e quinze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pela Primeira Secretária Maria José Teixeira de Morais Afonso França, na qualidade de Presidente da Mesa, secretariada pelo Segundo Secretário Jorge Carvalho Arroteia, na qualidade de Primeiro Secretário, e pela Vogal Daniela Marisa Pereira de Magalhães, na qualidade de Segundo Secretário, com a presença dos Vogais, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Henrique Manuel Morais Diz, Rui Alexandre Santos Gonçalves Rei, Mónica Filipa Cristovão Gomes, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, David Paiva Martins, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Maria Leonor Nunes dos Reis, Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, Paulo Alexandre Florentino Marques, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Miguel António Costa da Silva, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira, Paulo Jorge Coimbra Fontes, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, João Carlos Rodrigues Morgado, Jorge Manuel do Nascimento, Rui Lima Batista, António Santos Costa, Henrique da Rocha Vieira, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta Sessão faltou o Presidente de Junta António Ildebrando Nunes Costeira.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores Maria do Rosário Lopes Carvalho, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Luís Miguel Capão Filipe, Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, e Paula Cristina Dias Urbano Antunes.

Não estiveram presentes os Vereadores, João Francisco Carvalho Sousa e Beatriz Tomé Dias dos Reis.

Continuando, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta sessão do Presidente da Assembleia Municipal António do Pranto Nogueira Leite, e dos vogais Victor Manuel da Silva Martins, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, Maria Cristina Regales de Jesus Pires, Maria da Luz Nolasco Cardoso, e João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Rui Alexandre dos Santos Gonçalves Rei, Maria Leonor Nunes dos Reis, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Paulo Jorge Coimbra Fontes, João Condinho Vargas e António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Antero Marques dos Santos, se fez substituir nesta reunião por Miguel António Costa da Silva.⁰⁰³

Os sucedâneos na lista de candidatura, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Ana Manuel Torres Pereira, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Anabela de Almeida Saraiva, Aida Isabel Pereira Tavares, Rita Alexandra Monteiro Baptista, Rui Miguel Bartolomeu Maio, Nuno Orestes Vaz da Silva, e Virgínia Maria Melo Matos, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando a Presidente da Mesa leu a “Ordem-do-Dia” constante da Convocatória para esta Sessão Extraordinária de Outubro, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1 – Apreciação e votação da proposta de Protocolo entre o Município de Aveiro e a Ascendi Costa de Prata, Auto-Estradas da Costa de Prata, SA, respeitante ao nó das Agradas da A25, no sublanço “Pirâmides / Esgueira”;

Ponto 2 – Apreciação e votação da proposta de Protocolo entre o Município de Aveiro e a Ascendi Costa de Prata, Auto-Estradas da Costa de Prata, SA, respeitante ao tratamento paisagístico e à manutenção dos nós das Pirâmides, Esgueira, Estádio e Aveiro Nascente, da A25 e A17;

Ponto 3 – Apreciação e votação da proposta de prorrogação do prazo de liquidação e dos contratos plurianuais da EMA – Estádio Municipal de Aveiro, EEM – em Liquidação;

Ponto 4 – Apreciação e votação da proposta de prorrogação do prazo de liquidação e dos contratos plurianuais da TEMA – Teatro Municipal de Aveiro, EEM – em Liquidação;

Ponto 5 – Apreciação e votação da abertura de Concurso Público para a “Concessão da exploração de diversos quiosques, sítos na Rua Dr. Barbosa de Magalhães (Largo do Rossio), Praça do Mercado (Largo do Mercado Manuel Firmino), Av. Dr. Lourenço Peixinho (Ft. aos Armazéns de Aveiro/BANIF), Rua Clube dos Galitos (Paragem das Praias), Largo do Alboi, na cidade de Aveiro e Rua Dr. José Luciano de Castro (Esgueira)”.

(Nos termos regimentais, todas as intervenções têm como suporte gravação áudio.)

Ponto 1 – Apreciação e votação da proposta de Protocolo entre o Município de Aveiro e a Ascendi Costa de Prata, Auto-Estradas da Costa de Prata, SA, respeitante ao nó das Agradas da A25, no sublanço “Pirâmides / Esgueira”.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 07/10/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida a Presidente da Mesa⁰⁰⁴ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁵

“De forma objetiva, esta é uma das três componentes que temos para resolver, de forma a que venha a ser possível ativar a ligação da Avenida das Agradas à A25. Sabendo que o primeiro dêmo-lo como resolvido, seguramente, com tudo o que o seguramente tem de não absoluto, durante a próxima semana terminará a instalação do pórtico de assinalamento, é bom repetir sempre isto que é para não haver outro tipo de matérias. Portanto, em princípio, até ao final da próxima semana o pórtico está instalado.

Com este protocolo fica o segundo problema resolvido. Chegámos, finalmente, a acordo entre as três partes. Este é um protocolo entre duas partes, ASCENDI e Câmara, mas há uma terceira parte que esteve a negocia-lo e que teve que o aprovar, que é o IMIT. Este não é o protocolo de ninguém. Há aqui um ou outro aspecto que nós não gostamos. O IMIT foi quem ficou mais confortável no processo, a ASCENDI também ficou com as suas reservas, mas é o acordo possível. Nós achámos que também tínhamos chegado ao fim, ao limite, do processo negocial e não era o tempo, mais reuniões ou mais pressões, que iriam chegar o processo ainda mais próximo da nossa posição de base.

Falta o terceiro que é o licenciamento ambiental que tem sido muito complicado, muito complicado mesmo, é sempre muito complicado licenciar, em termos ambientais, obras que já estão feitas. Conseguimos uma dispensa da avaliação de impacto ambiental, que é uma componente fundamental. Fazer avaliações de impacto ambiental num processo deste género faço lá ideia de quanto tempo iríamos precisar a mais e que resultado final é que teríamos num processo dessa natureza. Repito, tem sido muito complicado. Não sei fazer uma previsão daquilo que falta, do pouco que falta, mas julgo que o objetivo de final de outubro que o devo manter. A outra pequena obra, que nem a tenho como um problema porque ela nunca foi um problema, as pequenas coisas que faltam fazer pelo nosso empreiteiro, ele já tem o cronograma na sua mão para estar tudo pronto até ao final do mês. Mas isso nunca foi problema, ficou foi à espera de se ativar estas outras operações para que essa se implementasse.

Este é o acordo possível. Tem, para nós, um aspecto negativo que geriremos o melhor possível e que são as tais despesas, vamos chamar-lhes assim de uma forma simpática, de inoperacionalidade que serão assumidas por nós. Sendo otimistas e correndo tudo bem nunca as iremos ter; quando chegar a primeira conversaremos mais a preceito sobre a matéria. Foi sempre o argumento que ficou já que quem quis esta ligação foi a Câmara e quis tanto que a impôs unilateralmente em termos físicos e nunca a desenvolveu com licença. Isto cria um quadro negocial muito apertado para resolvermos esta que, para nós, é a questão que não gostamos no acordo que trazemos à Assembleia Municipal.

Trazemos o acordo porque o aprovámos na Câmara, porque nos sentimos bem nele, é o acordo possível mas é um acordo bom no quadro de condicionamentos legais e contratuais que este processo tem, nomeadamente o contrato da ASCENDI com o Estado, com o IMT, agora IP. O que propomos à Assembleia Municipal é a aprovação deste protocolo para que esta componente fique arrumada e reiterar, perante vós, o empenho para que o que falta, que neste momento, repito, é o licenciamento ambiental termine no trabalho que estamos a desenvolver quer com a Agência Portuguesa do Ambiente, quer com a CCDR-C, que são as duas instituições com as quais estamos a trabalhar nesta fase.”

Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE)⁰⁰⁷

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁸

“Obrigado Senhora Presidente. Telegraficamente, penso que não valerá a pena reeditar a sessão que aqui tivemos em trinta de março. Importa apenas enfatizar que queremos fazê-lo (o Senhor Presidente não o fez agora compreensivelmente), mas não pudemos deixar de verberar o facto de esta obra ter sido realizada nos termos em que o foi, com violação grosseira dos instrumentos de planeamento do território, portanto em clara violação da lei. De modo tecnicamente incompetente e que tem como consequência aquilo que está agora no artigo terceiro. O Senhor Presidente enquadrou nos termos em que deve ser feita, ou seja, que a capacidade negocial da Câmara fica bastante diminuída, mas no momento em que a Câmara assume integral responsabilidade por tudo o que se possa suceder, nós não podemos deixar de manifestar a nossa apreensão quanto o Senhor Presidente referia em março (não repito a discussão), mas a questão da sinalética que poderia vir a superar os constrangimentos da faixa de aceleração. Ainda hoje lá passei e tenho a maior perplexidade que o possa vir a fazer. Ou seja, espero estar enganado, mas tecnicamente aquela faixa de aceleração é algo que nos envergonha a todos os aveirenses. É uma obra da autarquia aveirense que lá está feita na ligação A25 nos termos em que está.

O único ponto de suspense desta reunião era, como estão recordados, o senhor Presidente da Assembleia declarou nessa sessão que estava inclinado a não votar favoravelmente a proposta do executivo. Hoje tinha a expectativa, obviamente que a ausência do Senhor Presidente faz-me perceber que a substituta na presidência não terá esses problemas e portanto irá votar nos termos em que a maioria o fará. Mas portanto não queria deixar de registar estas objeções que temos e obviamente reproduziremos a votação que já na Câmara Municipal tivemos sobre esta matéria.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁹

“De princípio temos de dizer que iremos votar favoravelmente, no entanto com objeções. Importaria até salientar a importância a meu ver estratégica no conjunto viário da cidade. Aquela avenida das Agradas tem um cunho importantíssimo para que estabelecêssemos a ligação e assim retirar o trânsito da Avenida — e é aspecto que não tem sido enaltecido e merece bem sê-lo.

Tirando isto, nós analisando o contrato que a Ascendi tem com o Estado, a responsabilidade pela conservação da estrada é toda das Ascendi do ponto de vista que tem com o Estado para esta via.

Não se vê motivo só pelo facto da Câmara ter tomado a iniciativa desta ligação que é o culminar do aproveitamento pleno da Avenida das Agradas para que a Ascendi deixe de fazer a conservação, as reparações, e mais do que isso. É que há um aspecto muito importante que o Senhor Presidente não falou. As autoestradas são fonte de pesadas indemnizações que pendem sobre a Ascendi. Em especial agora que lhe imputou o ónus da prova para qualquer incidente que se gere na autoestrada e em que não seja manifesta a culpa dos condutores de veículos. E este aspecto é um aspecto importantíssimo. É possível que por aquele acesso se introduzam animais na autoestrada ou que aconteçam muitas coisas. Claro que como pode acontecer ali pode acontecer seguramente em todos os acessos. E é aí que até se concretiza mais a responsabilidade da Ascendi. Se a Ascendi lhe der uma estatística das indemnizações que tem pago nós vemos que normalmente acontecem nesses troços.

Portanto eu não acho bem que assim tão facilmente. Porque aqui nas negociações o Senhor Presidente não nos dá nota e devia dar. Admito que o Senhor Presidente se tenha oposto e tenha dito que isto não devia ser assim. Devia ser da mesma maneira que está no contrato de concessão. Realmente a Câmara não toma posição nenhuma ou pelo menos não o manifesta

a esta assembleia. E daí a meu ver eu entender que aquilo é um fator potencial de encargos para o município. E creio que esses aspetos não ficaram acautelados, mas numa eventual revisão ainda poderão ser. Mas para já tem essa negatividade que a meu ver deve ser salientada do ponto de vista negativo. E é tudo. Muito obrigado”

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS)⁰¹⁰

(Entretanto deram entrada na sala os vogais João Condinho Vargas e Carlos Francisco da Cunha Picado.)

Vogal Paulo Marques (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹¹

“Obrigado. Cumprimento a Mesa, o executivo, a Assembleia. Eu queria lembrar uma situação. Esta obra desde o momento em que foi pensada nunca correu bem. Quer em termos de implementação quer em termos de respeito pela lei. Foi necessário ultrapassar um conjunto de constrangimentos desde 2008. E não vamos só falar de há dois anos para cá. Desde 2008 que esta obra teve o seu início. E portanto várias etapas tiveram que ser ultrapassadas e consequência dessas etapas, em resultado de um processo que foi bem conduzido por parte da autarquia, obviamente isso reflete-se neste contrato que agora temos aqui na nossa frente, nas suas condições e que obviamente pesa para a autarquia nomeadamente a cláusula terceira e sétima.

Mas também é preciso dizer que a margem negocial da Câmara Municipal atendendo a que este processo de facto nunca correu bem a margem negocial há muito se esgotou. E não podemos esquecer também por outro lado que a auto-estrada já existia quando esta vontade da autarquia se iniciou. Ascendi já tinha o seu poder sobre a concessão em relação ao Estado e portanto as consequências refletem-se não só pela incapacidade ou melhor pela menor margem de manobra que o município tem, mas refletem-se também em consequência nos custos ou constrangimentos de vária ordem que se vão refletir daqui para a frente.

Para concluir queria apenas dizer que faltando apenas a questão do licenciamento ambiental, importa é relevar a utilidade da obra. Importa que finalmente os aveirenses vão ter mais uma opção viária de grande importância para a nossa cidade. A questão da mobilidade e as consequências desta abertura são claras para toda a gente. E portanto é isso que temos que pensar apara o futuro. Finalmente aproveitar as coisas boas que nesta obra poderá refletir.”

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹²

“Muito obrigada Senhora Presidente. Boa noite a todos. Em primeiro lugar manifestar por parte da Junta de Freguesia a nossa manifestação por mais este passo gigante para nós. Porque temos a certeza que teremos muito brevemente a abertura à A25 feita rapidamente.

Depois deixar aqui duas notas que eu acho que era importante todos pensássemos nisso. E eu sei que já aconteceram várias conversas entre o executivo municipal e a junta de freguesia sobre isso, que é o próprio tráfego que vai trazer esta abertura à Avenida das Agrads.

A Avenida das Agrads do Norte é uma avenida que está incompleta. Incompleta há muitos anos. Não tem passeios. Tem apenas e só uma única passadeira. E portanto acho que também é este o momento para se refletir sobre aquele troço, que vai ser um troço com muito movimento. E nós congratulamo-nos por isso porque também vai aliviar o tráfego no centro da cidade e vai trazer também muito mais gente à freguesia de Esgueira e é uma mais-valia.

Mas acho que devemos todos preocupar-nos com as pessoas que moram naquele local e frequentam todos os dias quele local.

Portanto temos apenas uma única passadeira, não temos passeios. Não é de agora, já vai mais de uma década que aquela avenida está feita e incompleta.

Portanto deixar aqui de facto por parte da junta de freguesia a nossa satisfação por este passo que é de facto estarmos muito perto de concretizarmos aquilo que foi um objetivo dos anteriores executivos.

Embora uns concordando ou não, sabemos que é uma mais-valia para a cidade de Aveiro, mas deixar também esta preocupação da Junta de freguesia, nomeadamente não só tráfego de carros, mas também com o pedonal que é feito todos os dias naquela Avenida e que deverá ter em conta até porque pode acontecer algo muito mais grave. Todos nós estamos muito preocupados com a entrada na A25 mas quem passa ali todos os dias, nomeadamente até crianças para a escola, acho que esta deve ser uma preocupação. Eu sei que é, já tivemos esta conversa, mas de facto esperemos que o outro passo seja também rápido e que até ao fim do ano possamos estar aqui a falar sobre as Agrads do Norte mas já todos confiantes e todos a saber que podemos passar lá. Obrigada.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[013](#)

“Pelos vistos todos concordamos com a obra, mas depois há um conjunto de senãos. É a tal velha lógica de ‘não há bela sem senão’. Eu não acho que esta operação seja lesiva do interesse público. Deixar, primeiro, isso claro. Muito pelo contrário, acho que esta operação é positiva para o interesse público. Se achássemos de forma diversa, por nós, tinha sido muito fácil. A obra nem está aberta, está fechada, mantinha-se fechada ou consolidavam-se as componentes que a fecham, dizíamos mais umas coisas conta a câmara anterior, o que é fácil de mais, não se fazia o licenciamento ambiental, não pensem que o licenciamento ambiental de uma coisa destas é fácil porque é muito difícil, e estava arrumada a questão. Ficava aqui um capital de queixa e a queixarmo-nos é que a gente se ia governando. Como nós não temos essa atitude na vida temos que resolver as questões. Nós achamos que o balanço desta obra é positivo. Esta obra é útil para a vivência urbana da nossa cidade, não só por nos permitir mais uma entrada e mais uma saída, mas não é só por isso. É porque nos permite desanuviar outras entradas e outras saídas; tem essa enorme importância, por um lado. Por outro lado, e este é um argumento, Dr. Jorge Nascimento, que a ASCENDI usou muito, é se isto vai dar mais ou menos tráfego à ASCENDI. O negócio deles é tráfego. Obviamente que nós lá usámos os argumentos, até porque eu não sou propriamente um negociador fácil ou relaxado. Mas todos temos consciência que não é exatamente aquele nó que vai produzir mais tráfego para a A25. Quem está na cidade e quer entrar na A25 serve-se um bocadinho a norte tem Esgueira ou a poente nas Pirâmides. Nós temos consciência disto e os argumentos na negociação são como tudo na vida, têm que ter credibilidade, consistência e têm um peso específico. Portanto, o peso específico do argumento de que vamos com este novo nó aumentar muito o tráfego da A25 não é um argumento sério. Nós dissemos que entendíamos que este nó ia mobilizar alguns condutores que hoje não se mobilizam para usar a A25 e que se iam passar a mobilizar. Mas temos consciência que isto não vale grande coisa. A ASCENDI, por ela, não abria o nó. A questão é tão simples como esta. Pela ASCENDI a câmara mantinha fechado o acesso que era a solução que eles queriam, a posição da ASCENDI, pura e simplesmente, era a de não quererem aquela ligação. Tenhamos isto na consciência. Não quero agora estar aqui a cansar-vos muito porque, sinceramente, acho que não vale a pena, mas podíamos ir ao início da história do que era a EN109-7, o que foi o negócio, na minha opinião, paupérrimo do Governo do país em meter a EN109-7 na concessão. Podíamos contar aqui muitas coisas e eu estou à vontade porque vivi muito isso e conheço muito bem os dossiers e podia dizer aqui mal de uma série de coisas. A verdade é que o jogo é um jogo diferente e quem tem interesse, quem acha, e julgo que pelo

que aqui ouvi achamos todos, que temos ganhos na vivência urbana da cidade é a Cidade e o Município de Aveiro. Querem saber a minha opinião? Cá estaremos, daqui a um ano, quando tivermos um ano de atividade, para saber quanto é que pagámos na utilização. Querem saber a minha expectativa? Pagamos muito pouco, se é que pagaremos alguma coisa.

Dr. Filipe Neto Brandão, se vamos falar de coisas que nos preocupam. Olhe... o Partido Socialista deixou-nos uma obra a meio que hoje é o grande ponto negro da nossa cidade, que é o nó do Pingo Doce na EN 109, perto da rotunda do Glicínias. É um super ponto negro. Não é? Vamos mudar a cor, chame-lhe castanho-escuro. O ponto castanho-escuro daquela rodovia é aquele nó, que é um nó inimaginável, com problemas gravíssimos. Temos que o resolver. Já estamos a fazer projeto, estamos a negociar financiamento e estamos a tratar de uma série de componentes para resolver o problema. E vamos resolvê-lo e vamos estar em obra proximamente.

Temos medo do troço da via de aceleração? Está acordado um processo de monitorização, durante quatro anos, com o IMT para se verificar como é que foi a produtividade, em termos de segurança, da via de aceleração, que é a pecha deste processo; sabemos-lo desde o princípio. Eu acho que temos ali algumas notas positivas. Essa nota negativa está partilhada com notas positivas como, por exemplo, ser uma entrada que tem uma visibilidade, diria, de cem por cento sobre a via que está atrás. Nós temos o nó da Friopesca que é, de longe, o nó do troço da A25, entre a Praia da Barra e o nó do Estádio, o nó mais complicado e é onde há mais sinistralidade, e alguma grave. Não tem só o problema de ter uma via de aceleração bem mais curta do que esta, tem um problema de visibilidade por força da pendente e da ligeira curva que tem no troço. Eu acho que esta circunstância de termos a inserção no fim de uma longa recta dá alguma tranquilidade para que tenhamos confiança de que as coisas corram bem.

Do resto, Dr. Filipe Neto Brandão, já sabemos tudo. Obra ilegal, incompetente, é dos exemplos de asneira mais grave. Tem uma vantagem, não custa muito dinheiro pô-la em ordem. Já nos custou os trinta mil euros do pórtico e não muito mais. Já a Avenida das Agradas, não. A Avenida das Agradas custa-nos um dinheirão, já tivemos que reparar casas que a Câmara estragou e que são suas, gerando graves condições de habitabilidade aos seus inquilinos; a nossa empresa AdRA via ter que investir entre os trezentos e os quatrocentos mil euros a fazer a rede de saneamento daquela zona e que não foi feita. Enfim... despesas vamos ter, mas a resolução direta deste problema, não. Não custa meio milhão de euros como custou a resolução das asneiras todas na Escola da Vera Cruz ou outras. Aí estamos benzinho, trinta mil euros é muito dinheiro mas não é por aqui que temos um problema.

Dr. Jorge Nascimento, eu acho que a posição que vale a pena referenciar é esta. Achamos que o balanço desta obra é positivo, lutamos e trabalhamos para que ela seja explorada na sua plena condição e cumpra todos os seus objetivos. Vamos fazer as vontades todas? Eu se estivesse do lado da outra contraparte eventualmente agiria com muito mais rudeza para com o Município do que aquilo que eles estão a fazer. Embora estejam a fazer porque estamos cá nós, porque devo dizer que com a Câmara anterior este problema não tinha solução. Felizmente não temos possibilidade de o provar, felizmente pela decisão que os nossos concidadãos tomaram, mas foi mau de mais para ser verdade. A próxima vez que tivermos uma coisa destas vamos fazer estudo prévio, vamos negociá-lo com as entidades licenciadoras, vamos chegar a acordo, vamos formalizar os protocolos, vamos tirar a licença e a seguir, sim, lançamos concurso para fazer projeto de execução e a seguir para fazer a obra. É assim que as coisas se fazem. Aqui não e acho que o trabalho que estamos a fazer, imenso, que tem durado muito mais tempo, e não me peça relatórios sobre as reuniões todas, sobre os telefonemas, os emails, porque não o faço. Seria uma trabalhadeira. Mas julgo que falámos tantas vezes, aqui na Assembleia, ao longo destes dois anos, sobre esta matéria que temos o relatório todo, temos o sumário de todas as diligências. Não é de interesse para

ninguém que eu agora faça aqui o relatório, embora tenha a listagem dos telefonemas, os emails, mas acho que isso, de facto, é capaz de não ter interesse nenhum para ninguém. O interesse que tem para todos é aprovarmos esta peça que é uma das três peças que nos vai permitir ativar esta componente.

Sra. Presidente da Junta de Esgueira, como disse, já falámos sobre estas matérias, continuaremos a falar e a tratar. Por um lado a parte da sinalização horizontal está incluída, uma parte, nesta obra, uma outra parte uma segunda obra que estamos a adjudicar, e que vamos fazendo por partes, de sinalização horizontal em todo o Município para que, com a estrutura que temos hoje, as condições de segurança fiquem ao mais alto nível. Isto inclui, por exemplo, travessia de peões. Obviamente que temos consciência que a utilização vai evidenciar algumas lacunas nomeadamente as ligadas ao conforto e à segurança dos peões que já circulam. É nossa convicção que irão circular mais até porque, paisagisticamente, andar por ali a dar um passeio ou uma corrida é muito interessante, sendo uma zona da nossa cidade com vista para o salgado sul que é particularmente bonita e agradável. Seguramente que nos nossos objetivos próximos arranjarão espaço para que essa componente se venha a adicionar às outras componentes que já lá vão ficar.

É nesta abordagem global que nós nos colocamos para valorizarmos aquilo que temos, vir a dar a qualidade básica ao nível da segurança pela sinalização vertical, que já lá está toda, e a horizontal que irá estar, e cuidarmos, em oportunidades próximas, de investimento para melhoria das condições, nomeadamente dos peões que a usem, e depois um enquadramento, como a Sra. Presidente disse, deste eixo com um dos elementos principais de produção de tráfego que ali temos e que é a nossa estimadíssima Escola das Barrocas.”

Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁴

“Pequenos pontos aqui relativamente à intervenção do Senhor Presidente. Quando o Senhor Presidente fala e aqui mais uma vez salientou que de facto aquele nó ali da Ascendi não o queria para nada, então para quê este protocolo onde toda a responsabilidade está no erário público. O erário público tem de pagar sucessivamente nestas diversas cláusulas e nos diversos pontos. Este protocolo é custos para a Câmara, sucessivos custos, tanto na concessão como na construção ou na fase de exploração. Ou seja no fundo este protocolo digamos quase que a Câmara está entalada de alguma maneira porque quer no fundo abrir aquela rede e não tem poder negocial nenhum. Porque quer resolver aquilo à força toda nem que seja depois dar a parte de leão na concessão à Ascendi porque não tem poder negocial. É isto que nos parece.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁵

“Só para comentar o seguinte: o Senhor Presidente diz nesse seu estilo de dizer mal de tudo o que é passado, e isso a nós interessa-nos pouco. Nós interessava-nos é que o Senhor Presidente valoriza-se o presente e o futuro. Mas mesmo sobre o passado eu queria dizer-lhe o seguinte. Tenho aqui nesta sua documentação que diz “esta Câmara deu-se conta em fevereiro de 2015 de que a aquilo ofendia as regras ambientais”. Então a nossa questão é esta: Nós desde o princípio, foi uma bandeira nossa, perguntar para quando a ligação do nó e tirar dali as barreiras e os mecos, até lhe chamávamos assim. O Senhor Presidente dizia, não não, isso está em andamento. Nós verberamos sempre que aquela ligação não fosse estabelecida desde há dois anos. E desde o princípio, posso dizer que quase desde a primeira assembleia temos vindo sempre a instar a Câmara porque é que não se fazia a ligação!?! Então o executivo anterior fez a obra, que foi difícil, como V. Exa bem reconheceu — e é

importante que isso se sublinhe. O Senhor Presidente ia dizendo “isso está para breve” face a essa postura de estar para breve, em confronto com o que está aqui escrito “tivemos conhecimento em fevereiro de 2015” que a obra tinha sido feita sem licenciamento ambiental. Então mas a obra teve técnicos, também se percebe isso, não é. A responsabilidade é dos executivos que a promoveram sem esse licenciamento. Reconhecemos isso. Mas também a responsabilidade também é desta Câmara quando anda cerca de dois anos sem se dar conta de um problema importante. Só se deu conta em fevereiro. Porque é que não se deu conta logo no princípio se dizia que fazia diligências. Quer dizer, essa verberação tamanha contra os executivos anteriores por terem feito umas obra à margem das regras ambientais, V. Exa também acaba por meter o pé nesse atoleiro de desconhecimento de ser licenciada à luz das regras ambientais. Que afinal andou dois anos a responder-nos e a dizer que estava para breve e só ao cabo de dois anos é que se acaba por saber. É o que diz aqui na documentação acompanhante da proposta. Quer saber se o Senhor Presidente tem alguma explicação para isso.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[016](#)

“Para quê este protocolo? António Neto, para responder à sua questão este protocolo é para permitir a ligação e para fazer a vontade a si. Porque se registei bem a sua primeira intervenção, o Bloco de Esquerda é favorável à abertura do nó. É tão simples como isto — decidam-se. Ou tem protocolo e abre ou não tem protocolo e fecha. Tentar ficar na paz do senhor, no eu quero abrir mas sou contra o protocolo é que não vai dar mesmo. Ao dispor do Dr. Jorge Nascimento e de si a consulta ao processo de troca de ofícios para verificarem a vontade do IMT, entidade licenciadora, de licenciar. Deixar claro, por consulta a documentos, que a própria entidade licenciadora nunca quis licenciar isto, em primeira instância porque ninguém gosta de licenciar obras ilegais.

Dr. Jorge Nascimento, hoje, não lhe vou dar muito troco. Tudo tem momentos próprios, na vida. Só lhe lembro que não é possível chegar a uma Câmara e achar que está tudo errado. Nós chegámos à nossa Câmara e achámos que estava muita coisa errada, mas não achámos que estava tudo errado e muito menos coisas básicas. Eu que sou um autarca com experiência nunca me passaria pela cabeça que um colega meu começasse uma obra desta natureza sem a ter licenciado. Não me passaria nunca pela cabeça. E pergunte a outros colegas meus e a colegas da sua bancada que foram autarcas se isto passaria pela cabeça de um tipo normal. É que estamos a falar das coisas básicas, do “a e i o u”. Estamos a falar de licenciamento ambiental; licenciamento de uma ligação a uma autoestrada que em Portugal é um clássico, é dos elefantes brancos da administração portuguesa tudo o que tem a ver com autoestradas; e terceiro, estamos a falar de uma construção ilegal. Nunca me passaria pela cabeça que alguém se pusesse a fazer uma coisa destas sem licença. Não me passaria. E disse e repito com toda a clareza, só para lembrar, que nos foi suscitada a questão no âmbito do fecho da candidatura do MaisCentro, dos Fundos Comunitários, para enviarmos o licenciamento ambiental, o licenciamento total. Nós juntámos os processos e verificámos que nem projeto ambiental, nem do sei do quê, nem coisa nenhuma. Não é apenas o licenciamento, é que nem sequer foi tentado porque às vezes a gente anda com a carroça porque falta isto, falta um pequeno pormenor. Muito bem, há um espaço de flexibilidade. Mas é que aqui nem sequer se tentou licenciar. Sr. Dr., é só isto. O que é mesmo importante é que a Assembleia aprove o protocolo, ficamos com menos um problema e espero, dentro de pouco tempo, todos podermos passar a usar os nós, termos consciência que todos os nossos concidadãos pretenderem possam usá-lo. A ideia é tentarmos que esta possibilidade surja o mais rapidamente possível.”

De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação Ponto 1 – Apreciação e votação da proposta de Protocolo entre o Município de Aveiro e a Ascendi Costa de Prata, Auto-Estradas da Costa de Prata, SA, respeitante ao nó das Agradas da A25, no sublanço “Pirâmides / Esgueira, sendo o mesmo aprovado⁰¹⁷ por maioria, com vinte e cinco votos a favor (PSD15+CDS6+JPA4), onze abstenções (PS9+BE1+PCP1) e zero votos contra.

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰¹⁸

“Antes de mais boa noite a todos. Gostaria de deixar como declaração de voto do PCP. O PCP considera que aquela ligação entre a área urbana do município e a A25 é uma importante, é uma ligação que vai servir para o desenvolvimento do município, nomeadamente a freguesia de Esgueira, mas também da União de freguesias de Vera Cruz e Glória. Daí a nossa votação. Abstivemo-nos devido ao processo que conduziu à abertura que se realizará. Tenho dito.”

Vogal António Neto (BE):⁰¹⁹

“Grupo parlamentar aqui do Bloco de Esquerda absteve-se porque eventualmente o Senhor Presidente não consegue de facto responder a todas as perguntas que fizemos relativamente a este protocolo. E é este protocolo que estivemos a votar. Não é a abertura do nó. É este protocolo com a Ascendi. E mais uma vez o Senhor Presidente imiscui-se a responder às perguntas do Bloco de Esquerda. Muito obrigado.”

Ponto 2 – Apreciação e votação da proposta de Protocolo entre o Município de Aveiro e a Ascendi Costa de Prata, Auto-Estradas da Costa de Prata, SA, respeitante ao tratamento paisagístico e à manutenção dos nós das Pirâmides, Esgueira, Estádio e Aveiro Nascente, da A25 e A17;

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 07/10/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida a Presidente da Mesa⁰²⁰ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²¹

“De forma sumária. Negociámos este protocolo que não é original, há vários municípios no país e na nossa própria região que tem protocolos desta natureza com a ASCENDI, iguais a este. Entendemos que a quantidade de intervenção contratualizada pela ASCENDI, neste caso, com o IP no que respeita à manutenção dos espaços verdes nos nós é marcadamente insuficiente para o clima em que nós vivemos, tem água e calor que propicia um crescimento com relevante intensidade da vegetação, e particularmente em nós que, pela sua função marcadamente urbana, de autêntica porta de entrada na cidade e no município, não podem estar no estado em que, em regra, estão. Com exceção de um mês num ano, em que estão bem, já que apenas se reduzem a uma intervenção por ano, que tem uma validade, mais ou menos, de um mês. De resto é aquilo que nós vemos durante todo o ano, como agora quem lá passar vê o estado em que aquilo está. Portanto, este protocolo vem permitir à Câmara vir a complementar a ação da ASCENDI. É evidente, dirão alguns, “erro; deveria ser a ASCENDI a fazer tudo”. Nós também concordamos, no entanto a importância e a função urbana destes

nós é, para nós, mais importante do que ficarmos amarrados a essa luta, que também a fizemos. Obviamente que no quadro nacional das operações que temos, nomeadamente na redução dos custos das PPP's, seguramente que não é por aí. Com este protocolo ficamos com esse direito, logo que o formalizemos.

A linha de prioridade da nossa intervenção reside no nó das Pirâmides e no nó de Esgueira; é aí que está a nossa prioridade. No entanto, quisemos incluir os outros dois que já não têm uma função urbana tão relevante, mas que são portas de entrada relevantes no Município, que são o nó do Estádio e o chamado nó de Aveiro Nascente. Não temos uma perspectiva de operação próxima.

Em relação à operação, porque o protocolo não é para poder ficar a possibilidade na nossa mão, é para operacionalizar, aquilo que temos como objetivo é vir a operacionalizar este protocolo já durante o ano de dois mil e dezasseis no que respeita ao nó de Esgueira e ao nó das Pirâmides. Já fizemos consulta à empresa que tem o contrato com a ASCENDI, foi esse exercício que foi feito, consulta sem negociação, foi mera consulta, e as intervenções que nós achamos necessárias para que esteja permanentemente bem tem uma estimativa de custo, nesta fase nos dois nós, de catorze mil euros por ano. No nosso quadro de gestão financeira da gestão dos espaços verdes com funções urbanas no Município está esta componente, está uma outra componente que é intervenção directa da Câmara, está a nova componente da delegação de competências com as Juntas de Freguesia que teremos em operação em dois mil e dezasseis, e ainda uma possível quarta operação que é a devirmos ter alguns espaços com prestadores de serviços com outras empresas naquilo que respeita à nossa área clássica. Foi por este motivo que negociámos este protocolo, este foi fácil de negociar, não foi preciso nenhum peso negocial. O município, nosso parceiro na Região de Aveiro, de Vagos tem este protocolo há já algum tempo. Com este protocolo pretendemos aumentar a qualidade deste espaço, sabendo que a função urbana justifica o investimento da Câmara nesta operação, sabendo que as operações que vamos fazer, repito, complementarão, estarão devidamente colocadas em termos de cronograma para que o conjunto das intervenções permitam que estes dois nós, numa primeira linha, e mais à frente esperamos vir a abordar também os outros dois, estejam permanentemente em boas condições e sejam mais um elemento positivo da imagem e da atratividade da Cidade e do Município.”

Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[022](#)

“Muito o brigado Senhor Presidente. Mesmo antes da discussão deste ponto aqui em apreciação, perguntamos de facto qual é o plano em concreto?

Não somos de facto contra o arranjo urbanístico de rotundas, mas devemos também perceber as prioridades. Existindo espaços paisagísticos pela cidade, por todo o concelho, porque é que a Câmara Municipal dá prioridade às saídas da autoestrada que são de pleno usufruto do automóvel? Porquê a prioridade centrada nas rotundas em detrimento dos espaços paisagísticos, espaços verdes, de lazer, ou até mesmo na necessidade de regularização de passeios pedestres. Porquê esta prioridade?

No seguimento disto perguntamos: o Bloco de Esquerda questiona o executivo camarário se o ponto dois aqui em discussão tem alguma ligação com o ponto um? Entendamo-nos. Toda a responsabilidade na identificação, manutenção, prevenção e despesas, ficam da responsabilidade da Câmara Municipal de Aveiro salientes no ponto anterior para depois a Câmara exigir responsabilidade à concessão. Estará o executivo a assumir a responsabilidade da Ascendi para dar contrapartidas encapotadas na construção do nó das Agradas? Muito obrigado.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰²⁴

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰²⁵

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD)⁰²⁶

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁷

“Muito obrigado Senhora Presidente. Deixe-me dizer ao António Neto “as contrapartidas encapotadas” eu percebo-as porque vem aí um frio de inverno que nem imaginam — a diversos níveis.

Depois ao Senhor Presidente da Câmara dizer só uma coisa. Um destes dias, nesta Assembleia, vão ainda dizer-lhe que foi o senhor o responsável pelos contratos de concessão que foram feitos com a Ascendi com as obrigações que lá estão contidas. Vai ser o senhor o responsável quase de certeza absoluta. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁸

“Duas notas muito sumárias. Ao António Neto dar nota do seguinte. O raciocínio de que quando se faz algo é em detrimento de outra coisa boa é um raciocínio sempre correto. Sempre correto. Nós estamos aqui, esta noite; mas que disparate estarmos aqui, podíamos estar a ajudar os pobres. Nós amanhã vamos alcatroar a estrada ‘A’; mas que disparate, podíamos alcatroar a estrada ‘B’. O raciocínio da negação daqueles que nunca são poder, que não têm jeito para ser poder, e mesmo quando se põe a jeito é sempre para estar com um pé dentro e um pé fora, é que faz o chamado raciocínio da negação. Portanto, o raciocínio da negação dá para tudo. De facto, este seu raciocínio que vamos gastar aqui, que sejam, os catorze mil euros é uma grande asneirada porque estes catorze mil euros, num outro sítio, é que era. Nós não fazemos assim. Nós temos um recurso que é sempre limitado e temos que afetar o recurso. Nós vamos entregar, por delegação de competências, um valor ‘x’ às Juntas de Freguesia para tratarem os espaços verdes e é em detrimento de outras coisas que poderíamos fazer. Mas, no balanço da opção de fazermos investimentos em múltiplas áreas da nossa governação, achamos que devemos fazer assim. Podíamos dizer que o que era importante era gastar tudo na tipologia ‘x’, nem vou exemplificar. Não é assim que nós gostamos de governar. Compreendo, percebo, mas há genéticas que não servem para governar.

Cada um gere a sua seriedade como muito bem entende, eu normalmente divirto-me com esta coisa. Veja o seu esquema de raciocínio. Aqui o Presidente montou um esquema hilariante dum contrapartidas escondidas para que do protocolo A eu tire... Oh António Neto, por amor do Santo Cristo ou do Diabo mais velho que lhe ocorra, que você venere, não me interessa nada disso, vamos ser razoáveis, as coisas são o que são, esta ação foi iniciativa da Câmara, é um protocolo igual ao da Câmara de Vagos e tantas outras do país. Agora, esquemas? Deixem-se disso. Nós somos gente séria, gente que negocia com dureza, que faz acordos, que governa para fazer coisas. Agora, esquemas e não sei o quê. Oiça, nós não somos dessa gente. Não somos mesmo. Não vale a pena perdermos tempo com isto. Só para lhe deixar claro que o ponto um é o ponto um, tem um histórico, tem um enquadramento, e este ponto é outro, tem outro histórico. Por exemplo, eu nunca tratei deste protocolo, nunca fiz um telefonema, um email, nada. Este protocolo foi sempre tratado pelo meu Chefe de Gabinete, não tem um dedo ou um segundo de trabalho meu, a não ser nas conversas em que decidimos ‘vamos fazer isto, vamos fazer aquilo’. Foi ele que tratou de tudo, as diligências, o protocolo, ligação com os nossos serviços jurídicos.

Dr. Jorge Nascimento, o orçamento. Eu podia vir aqui e dizer-vos «olhem, está aqui o protocolo; quem sabe um dia podemos vir a usar». Mas quis dizer-vos que este protocolo é para fazer coisas e que a estimativa de custo que temos, está escrita, é um email que lhe

posso mostrar, tem este valor, está lá em matemática clara. Como isto não é para fazer um folclore noticioso, isto é para gerirmos bem aquilo que está mal gerido, quis dizer-vos isto com toda a clareza do mundo e com toda a verdade e seriedade. Não quer dizer que nós não tenhamos as nossas discussões e as diligências de pressão institucional, sempre dentro de uma relação institucional equilibrada com a ASCENDI e com outras entidades com quem temos que trabalhar no sentido de as pressionarmos no sentido de fazerem bem o seu trabalho.

Dr. Jorge Nascimento. Um dos problemas que nós estamos a resolver, em Aveiro, e com o andar do todo vamos tendo consciência que está cada vez melhor resolvido é, de uma vez por todos, os aveirenses resolverem o problema de não perceberem o que a Câmara faz aos seus impostos e passarem a perceber. E esta é a grande mudança, independentemente de se pagar um bocadinho mais ou um bocadinho menos, a grande mudança é que os aveirenses não sabiam para onde ia o seu dinheiro, onde é que estava o seu dinheiro em serviços nas estradas, na qualidade das escolas. A nossa grande aposta, o grande compromisso, que as pessoas já vão reconhecendo e vão reconhecer muito mais, é que as pessoas vão passar a perceber onde é que está o seu dinheiro, porque o seu dinheiro está a prestar-lhes serviços que são importantes, que são necessários e não com exoterismos ou desvarios que não servem para coisíssima nenhuma.”

Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE)⁰²⁹

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰³⁰

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³¹

“Dr. Jorge Nascimento. Eu estou-me a rir porque o Sr., às vezes, tem muita graça. E acho que essa sua medida de protesto de passar a entrar pelo nó de Cacia, depois não sei que volta é que vai dar para não passar neste nó para entrar na cidade. Mas enfim, inventará uma coisa qualquer e é capaz de ser um contributo para que a erva cresça menos porque haverá alguma maledicência de V. Exa para com a erva e assim conseguirmos um efeito psicológico para que a erva cresça menos. Eu peço desculpa de retribuir com uma brincadeira mas achei graça à última nota do Sr. Dr. e vou querer vê-lo protestar. Quando o vir em Cacia já sei, o Dr. Jorge Nascimento está em protesto. Peço desculpa por esta partilha de brincadeira.

Mas quero-lhe responder com clareza. A quem incumbe este trabalho, o Sr. Dr. é jurista e julgo que poderá ter acesso ao contrato do qual a ASCENDI é gestora. A ASCENDI é uma empresa privada concessionária de um serviço público. Portanto, «cuidado que isto é privado» não é bem assim. A ASCENDI é uma empresa privada concessionária de um serviço público com um caderno de encargos apertadíssimo. Lá ganha o seu dinheiro porque é um negócio como qualquer outro negócio; se não ganhassem dinheiro seguramente que ali não estavam. Mas são gestores de obrigações contratualizadas muito apertadas. O Dr. Jorge Nascimento, como especialista na matéria, pode consultar para tirar a seguinte conclusão: incumbe à ASCENDI fazer ‘x’ operações. Neste momento, o seu contrato, obriga a fazer uma operação por ano. Aquilo que nós entendemos é que para a função urbana deste nó uma intervenção é insuficiente e, por isso, a nossa decisão é complementá-la. Julgo que a resposta está dada com clareza. Meridiana clareza.

Segunda questão. É ou não é uma liberdade da Câmara face à ASCENDI? É. Esta foi uma decisão nossa, uma proposta da Câmara, usando como referência outras câmaras, conhecemos este protocolo fornecido por outros colegas, nomeadamente o de Vagos, e que nós entendemos como coisa positiva. Não cedemos nada a ninguém, posso testemunhar com

emails à ASCENDI os nossos protestos em relação a várias coisas, por exemplo, é inacreditável que a obra que a ASCENDI ficou de fazer em Abril, no nó das Pirâmides, para elevar a via de entrada de acesso quem vem da Barra e entra para a cidade, que tem provocado graves e muitos acidentes, passou para Maio, de Maio para Junho e daqui a bocado acaba Outubro e obra nem vê-la. Aí sim, está um problema sério e há protestos de todo o género e feitio. Temos capacidade de protesto, capacidade de negociação e temos que tomar decisões quando operações desta natureza estão ao nosso dispor. É uma opção que assumimos livremente para podermos complementar a intervenção da ASCENDI em nome da função urbana e de imagem e toda a Cidade e da nossa maior zona industrial. Vocês sabem por onde é que se entra, qual é o nó principal para se aceder às nossas maiores empresas, mais produtoras de tráfego, que recebem visitantes estrangeiros todas as semanas? É exatamente este nó. Não é preciso eu elencar o nome das empresas porque toda a gente as conhece. E esta gente quer lá saber se é a Câmara, se é a ASCENDI, se é não sei quem... vêm a Aveiro e isto é um matagal. A primeira imagem que têm de Aveiro é um matagal, estão no meio de um matagal. Desculpem mas eu vou querer é a outra crítica daqui a um tempo e que é «está impecável». Eventualmente alguns dirão «está impecável porque a ASCENDI é uma empresa porreira e faz tudo bem», mesmo sabendo que não é assim e que somos nós que estamos a fazer. Esta é a lógica deste processo. A sua outra pergunta «porque carga de água?», já respondi também. Nós tivemos uma solução e aquilo vai estar bem. Se formos ver o que aconteceu nos últimos anos é que não havia solução e aquilo estava mal. Portanto, é esta a mudança que está em curso no nosso Município.»

De seguida, a presidente da Mesa colocou à votação o Ponto 2 – Apreciação e votação da proposta de Protocolo entre o Município de Aveiro e a Ascendi Costa de Prata, Auto-Estradas da Costa de Prata, SA, respeitante ao tratamento paisagístico e à manutenção dos nós das Pirâmides, Esgueira, Estádio e Aveiro Nascente, da A25 e A17, sendo o mesmo aprovado⁰³² por maioria, com vinte e dois votos a favor (PSD15+CDS6+JPA1), catorze abstenções (PS9+BE1+PCP1+JPA3), e zero votos contra.

Não houve declarações de voto.

Ponto 3 – Apreciação e votação da proposta de prorrogação do prazo de liquidação e dos contratos plurianuais da EMA – Estádio Municipal de Aveiro, EEM – em Liquidação;

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 07/10/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida a Presidente da Mesa⁰³³ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁴

“Eu não intervirei no ponto quatro. O que vou dizer agora dá para o ponto três e quatro e, portanto, não voltarei a intervir no início do ponto quatro. O que se passa aqui é um acto formal necessário. Precisamos de mais tempo, muito, não exclusivamente, mas muito por força, em primeira instância, da questão dos recursos humanos. Temos ainda que fazer mais trabalho de gestão dos concursos que vamos abrir para a contratação das pessoas, sabendo que as pessoas que assinaram os contratos são aquelas que, chamemos-lhes assim, são as

ilegíveis de primeira linha a esses concursos quer para a TEMA, quer para a EMA, sabendo que para a EMA trata-se apenas de uma pessoa e para a TEMA ainda não temos o número fixado mas é, seguramente, muito superior a um. Esta deliberação cabe à Assembleia Municipal e tem também aqui a questão dos contratos plurianuais. Passa a ser a Câmara a gerir as operações, temos apontado o dia um de dezembro para as operações passarem a ser geridas pela Câmara, os contratos estão todos a ser vistos um a um para preparar a sua transposição das empresas para a Câmara. Os contratos são plurianuais e para nós os assumirmos carecem de deliberação da Câmara e da Assembleia Municipal.

É mais um passo, dos muitos passos deste autêntico calvário que é acabar com empresas o que é, de facto, uma coisa inacreditável, inenarrável. Aquela que é a mais fácil de liquidar, que é a TA Lda, ainda não conseguimos liquidar porque a nossa conservadora tem ali questões de divergência, de pormenores, em termos de processo e ainda não conseguimos fazer o registo, embora espero que estejamos a muitos poucos dias para finalmente acabarmos com a primeira.

São, de facto, processo muito penosos, muito complexos, mas estão a correr bem, com todos os passos. Este é mais um passo para a EMA e para a TEMA para que esse processo siga na perspectiva total e clara de que todas as funções que essas empresas têm estado a exercer passam para a Câmara. Esta deliberação é exatamente para criar todas as condições para que isso assim aconteça.”

Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³⁵

“Muito obrigado. Após nesta assembleia ter sido discutida a dissolução e liquidação da EMA, propõe nesta data o executivo camarário proceder à prorrogação desta contrato por mais seis meses. O Bloco sempre se manifestou a favor da sua extinção contrariamente a alguns partidos com assento nesta assembleia que sempre defenderam as virtudes deste tipo de organismos. Quer da forma implícita quer da forma concreta. Distribuição de lugares pelos seus boys. Estranhámos o facto, e passo a citar “acautelar os direitos do trabalhador que celebrou o acordo de cedência de interesse público”. Este executivo teve dois anos para proceder à sua extinção e acautelar todos os procedimentos legais nesta situação. O executivo liderado pelo senhor Élio Maia teve oito anos. Perguntamos, estava o executivo camarário na posse de todos os dados quando nesta assembleia aprovou e fez aprovar a extinção da EMA? Podemos também comparar a história e a prática. O porquê da disparidade do tratamento laboral dos trabalhadores da EMA e da MoveAveiro? No caso da Ema todo o favorecimento e boa vontade. Para o organismo prestador de serviços públicos, pressão, concessão a privados, desrespeito laboral. Porquê?”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁶

António Neto, o único problema é que não arranjam quem possa vir a um concurso de concessão. Ninguém quer aquilo. E como ninguém quer aquilo, queremos nós. É nosso, queremos geri-lo o melhor possível e estamos a criar essas condições, tirando do processo uma empresa que à luz da lei tem que ser extinta. Estamos a fazer esse processo com toda a clareza e usando o melhor possível o tempo com mil dificuldades que este processo tem. Se encontrar no país histórias de extinção de empresas municipais com tempos inferiores a dois anos faça favor de dispor, não é que lhe vá dar um prémio, mas eu ficarei com a minha curiosidade satisfeita, porque não conheço nenhum.”

De seguida, a presidente da Mesa colocou à votação o Ponto 3 – Apreciação e votação da proposta de prorrogação do prazo de liquidação e dos contratos plurianuais da EMA – Estádio Municipal de Aveiro, EEM – em Liquidação, sendo o mesmo aprovado⁰³⁷ por maioria, com vinte e cinco votos a favor (PSD15+CDS6+JPA4), onze abstenções (PS9+BE1+PCP1), e zero votos contra.

Não houve declarações de voto.

Ponto 4 – Apreciação e votação da proposta de prorrogação do prazo de liquidação e dos contratos plurianuais da TEMA – Teatro Municipal de Aveiro, EEM – em Liquidação;

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 07/10/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida a Presidente da Mesa⁰³⁸ deu a palavra ao Presidente da Câmara que remeteu para a apresentação feita no ponto anterior.

Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³⁹

“Mais uma vez, senhor Presidente, muito à semelhança do ponto anterior, discute-se aqui a prorrogação, com a argumentação semelhante. Perguntamos à Câmara Municipal em que condições os trabalhadores ficarão nos quadros da Câmara Municipal de Aveiro. Por vontade própria ou o método configurará o despedimento? Devemos salientar que sempre defendemos a extinção da TEMA. No entanto consideramos que esta deve manter-se no enquadramento da esfera municipal, sem o figurino de empresa municipal. E já que tratamos do tema TEMA, e dado estarmos na presença do Senhor Exmo Vereador para a Cultura, perguntarmos três ou quatro perguntas muito simples. Se existe programa cultural. Se existe ou não existe? Estará para existir. Quem responderá? Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁰

“António Neto, deixar claro que em relação aos trabalhadores, quer aos trabalhadores que assinaram contrato de cedência, acordos de cedência por vontade (ninguém obrigou ninguém) quer aqueles que por sua vontade não os assinaram — cumpre-se a lei. Os que não assinaram vão sair e têm direito a uma indemnização, os que assinaram têm direito de vir ao concurso que vamos lançar. No concurso nós escolheremos os melhores candidatos e que é um princípio do qual não abrimos mão. Se forem os que cá estão muito bem, se forem outros muito bem na mesma. Os nossos critérios nos concursos é sempre o mesmo. Portanto, cumpre-se a lei, é assim, não há questão nenhuma.

Quanto à programação cultural, sendo lateral o tema, eu recomendo que frequente mais o Teatro Aveirense. Tem uma programação excelente, intensa. Mesmo que não possa ir pelo menos vá ao site e veja a programação. Escusa de vir para aqui fazer perguntas porque a informação está disponível para todos. E apareça de vez em quando porque tem uma programação diversificada e muito interessante.”

De seguida, a presidente da Mesa colocou à votação o Ponto 4 – Apreciação e votação da proposta de prorrogação do prazo de liquidação e dos contratos plurianuais da TEMA – Teatro Municipal de Aveiro, EEM – em Liquidação, sendo o mesmo aprovado⁰⁴¹ por maioria, com vinte e cinco votos a favor (PSD15+CDS6+JPA4), onze abstenções (PS9+BE1+PCP1), e zero votos contra.

Não houve declarações de voto.

Ponto 5 – Apreciação e votação da abertura de Concurso Público para a “Concessão da exploração de diversos quiosques, sítios na Rua Dr. Barbosa de Magalhães (Largo do Rossio), Praça do Mercado (Largo do Mercado Manuel Firmino), Av. Dr. Lourenço Peixinho (Ft. aos Armazéns de Aveiro/BANIF), Rua Clube dos Galitos (Paragem das Praias), Largo do Alboi, na cidade de Aveiro e Rua Dr. José Luciano de Castro (Esgueira)”.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária realizada em 21/09/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida a Presidente da Mesa⁰⁴² deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴³

“Este é um processo que temos em desenvolvimento por força dos quiosques que estão desocupados, com contratos fechados ou em vias disso. Manda a lei que tem que vir aqui à Assembleia Municipal, é uma questão das concessões, para podermos dar seguimento a este processo e que seja gerador de oportunidades de emprego para além de negócio. Que corram bem os concursos é aquilo que nós queremos.”

Membros da Assembleia

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰⁴⁴

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁵

“É minha convicção e temos aprendido isso, que para além de termos uma rica Junta temos uma Junta rica! E o nosso Presidente com esta predisposição para gerir delegações de competências que eventualmente deem lucro, só demonstra a sua qualidade, a sua atenção e a competência que tem tido para gerir ao mais alto nível, a todos os níveis, nomeadamente o financeiro, a nossa estimada Junta de Freguesia da Glória, noutros tempos, e agora unida com a Vera Cruz.

Caro Presidente esperemos continuar a cooperar bastante, em operações que sejam mutuamente interessantes e, especialmente, que deem capacidade, na soma, de prestarmos serviços públicos de alta qualidade aos nossos concidadãos.

Quanto aos quiosques seguimos por aqui. Mas não tomei hoje boa nota dessa disponibilidade permanente porque essa nota está tomada desde quando nos juntámos para esta tarefa de servir a “nação” no município de Aveiro. Muito Obrigado.”

De seguida, a presidente da Mesa colocou à votação o Ponto 5 – Apreciação e votação da abertura de Concurso Público para a “Concessão da exploração de diversos quiosques, sítios na Rua Dr. Barbosa de Magalhães (Largo do Rossio), Praça do Mercado (Largo do Mercado Manuel Firmino), Av. Dr. Lourenço Peixinho (Ft. aos Armazéns de Aveiro/BANIF), Rua Clube dos Galitos (Paragem das Praias), Largo do Alboi, na cidade de Aveiro e Rua Dr. José Luciano de Castro (Esgueira)”, sendo o mesmo aprovado⁰⁴⁶ por maioria, com trinta e quatro votos a favor (PSD15+CDS6+ PS9+JPA4), duas abstenções (BE1+PCP1) e zero votos contra.

Não houve declarações de voto.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A Presidente da Mesa informou o plenário que para este período regimental não existia nenhum munícipe inscrito.

Não havendo intervenções, a Presidente da Mesa, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta sessão extraordinária, não se verificando oposição. Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão,⁰⁴⁷ não se verificando pedidos de intervenção.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

Continuando, a presidente da Mesa deu por encerrada⁰⁴⁸ a Sessão Extraordinária Outubro.

Eram 22:30 horas do dia 15 de Outubro de 2015.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.

(2:00)